

QUILOMBO DO BURI: TERRITORIALIDADE E (RE) EXISTÊNCIA

Arleide Farias de Santana¹
Orientador: Dr. Arivaldo Lima²

Resumo: A proposta inicial de pesquisa em questão surgiu da curiosidade em relação à formação da população do município de Pedrão-Ba e, em especial, do povoado Buri, localizado neste município, recentemente reconhecido enquanto comunidade remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. No decorrer da pesquisa, foram observados alguns elementos que merecem destaque: um processo de reinvenção a partir das demandas do processo de reconhecimento; emergência de lideranças femininas e o conflito em torno de símbolos e práticas culturais tidas como relativamente negras. Assim, uma reflexão acerca dos elementos aqui apresentados, conjugados aos conceitos de identidade, narrativas e cultura popular torna-se o objetivo principal desse trabalho.

Palavras-Chave: Cultura. Identidade. Quilombo. Reinvenção.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se pauta na inquietação acerca da formação da população do município de Pedrão (BA), em especial, do povoado Buri, no que tange aos seus aspectos étnico-raciais e culturais, definidos por suas heranças africanas, o que favoreceu o seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, enquanto remanescentes de quilombo.

Assim, o interesse neste estudo é interpretar as estratégias para a apropriação deste lugar — Buri — como espaço de pertencimento, destacando alguns aspectos importantes: um processo de reinvenção a partir das demandas do processo de reconhecimento; conflitos em torno de símbolos e práticas culturais tidas como relativamente negras e a emergência de lideranças femininas na comunidade³.

Antes do aprofundamento do estudo das citadas estratégias, é pertinente dar um mergulho ao redor das possíveis raízes do nome *Buri* e da comunidade que recebe este nome, enquanto quilombola. Fazer um levantamento acerca das raízes dessa comunidade e sua denominação requer uma volta ao passado, à história e sua relação com a memória.

Apesar de existir um desejo comum de entendimento entre a memória e a História, não há confiança total entre elas. A História desconfia da memória, devido aos seus esquecimentos e esta desconfia da reconstituição feita por historiadores tornando o passado conflituoso. Esse

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. Endereço eletrônico: arleidfarias@hotmail.com

² Docente no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II.

³ Importante enfatizar que o estudo mais aprofundado dessas estratégias será apresentado trabalho final da dissertação.

esquecimento, no entanto pode ser traduzido como um momento que propicia uma recriação da narrativa (COSTA, 2016), não sendo, portanto motivo para a desconfiança. No que se refere ao conflito, este sempre vem ao presente, através de uma lembrança incontrolável, que se apodera desse presente tornando-se o próprio. A lembrança passa a ser o presente (SARLO, 2007). Lembranças assim muitas vezes vêm sob a égide da história monumental, tradicional que controla esse presente através de seus mecanismos de poder: etnocentrismo, patriarcalismo, entre outros. E durante séculos isso tem acontecido.

Apesar dessa tentativa de controle do pensamento, através da museificação, repetição, reprodução — denominado por Nietzsche como “história dos antiquários” — nas últimas décadas percebe-se uma mudança, certo enfraquecimento desse “passado monumental”, com o surgimento da história cultural e social, que não se limita apenas a narrar os fatos esquecidos pelo historicismo, mas se aproxima mais do cotidiano do sujeito, acreditando na reelaboração de suas vivências. Essa mudança se dá devido a variação das fontes ou à importância atribuída à história oral na academia (SARLO, 2007). E é justamente baseada em fontes orais que farei aqui uma interpretação — não uma reconstituição — das possíveis raízes da comunidade quilombola Buri, suas experiências e seus novos desafios diante da contemporaneidade.

A FORMAÇÃO DO BURI

Situado a quatro quilômetros da sede do município de Pedrão-(BA), o Buri tem uma população formada basicamente pelas famílias Belon e Souza. Como ocorre na maioria dos agrupamentos rurais, a população do Buri se reproduz através de relações de parentesco altamente endógenas, sendo muito comum, casamentos entre pessoas da mesma família.

A história desta comunidade se encontra na memória dos moradores, sobretudo dos mais idosos: Dona Honorina de Souza, Dona Maria de Souza, Dona Josefa de Souza, Dona Isabel Lisboa, senhor Pedro Belon, dona Zulmira de Souza Belon⁴ e senhor Frutuoso Belon netos de Manoel Bellon⁵, este o ente central do mito fundador da comunidade. Também consta em documentos da família, a compra destas terras por Manoel Bellon, pelo valor de Rs.100\$000 (Cem mil Réis) do senhor Joaquim

⁴ Honorina, rezadeira da comunidade. Tinha as rezas na memória e além disso improvisava ou criava outras, segundo a afirmação de Margarida Belon, sua filha. Dona Zulmira, lalorixá na comunidade. Dona Honorina e Dona Zulmira já são falecidas.

⁵ De acordo informações das lideranças locais o sobrenome *Bellon* tem origem germânica, mas quem recebe esse nome é o patriarca, que segundo as narrativas do Buri, foi os donos das terras herdadas por seus descendentes na comunidade, apesar da distinção no que se refere à grafia. Bellon com dois LL e Belon com um L. O “Bellon” do patriarca tem o nome com dois “ll”, o “Belon” dos descendentes tem apenas um “l”.

da Silva Cravo ainda no século XIX. Manoel Bellon era casado com Maria da Conceição Belon, que fora escravizada e trabalhava na sede da Fazenda Buri. Novas informações apontam que ele foi escravo de um professor. Segundo a documentação registrada em 1912 pelo escrivão Manoel Serapião da Silva, consta que o casal Manoel e Maria da Conceição Bellon teve vários filhos, sem quantificá-los. Um dos documentos é um inventário, certificando que a herança foi deixada por Maria da Conceição Belon para um dos seus filhos. Soma-se a estas informações que Manoel Bellon teria comprado essas terras e mais duas casas na sede do município, hoje Pedrão (BA) com o dinheiro da alforria (SOUZA, 2015). Esta última informação creio estar equivocada, pois o negro comprava sua alforria, não ficava com o dinheiro. Mas, como as relações entre senhores e escravos eram bem mais complexas do que o que imaginamos e há possibilidade da existência de um espaço para negociações entre senhores e escravos no período da escravidão (REIS, 1997), pode ser que foi-lhes dada a alforria sem o pagamento e ele pode ter usado esse dinheiro para outros fins. No entanto essa versão ainda é uma interrogação, pois a existência desses espaços de negociações não era uma constância, principalmente no que se refere às alforrias, pois segundo Lacy Maia, os senhores dificultavam esse e outros direitos como a Lei do Ventre Livre, Sexagenária, dentre outras, inclusive desrespeitando decisões judiciais, protelando a escravidão até o último momento da abolição (MOTA, 2011). Ainda é importante destacar que, mesmo depois de todas as dificuldades possíveis para obter a liberdade, o ex-cativo tinha uma liberdade limitada, apresentando-se como uma relação indefinida entre liberdade e escravidão na sociedade brasileira oitocentista.⁶

Dessas informações, dúvidas, interrogações pairam acerca dos meios em que o patriarca Manoel Bellon adquiriu as terras da comunidade do Buri. Eis um bom exemplo da desconfiança que a História tem em relação à memória e também a captura distorcida do passado pelo presente com o intuito de torná-lo coerente num novo contexto (SARLO, 2007). Nesse sentido, vale enfatizar que um discurso sobre a memória será sempre incompleto, pois, ao mesmo tempo ela pode desprezar ou vivificar determinados fatos e coisas (FERREIRA, 2003).

O senhor Pedro Belon, neto do patriarca, afirma que as terras do Buri foram adquiridas pelo seu pai, que casou com a filha do patrão e comprou as terras com o resultado das “quinzenas” – uma espécie de corveia — na fazenda que ele morava. Nas palavras do senhor Pedro:

Meu pai foi quinzenheiro do meu avô e depois casou com minha mãe, a filha do patrão! Sabe o que é quinzenheiro, não é? Ele trabalha em quinze e quinze, dando

⁶ Esse tema profundamente discutido na obra de Robério Souza, “Se eles são livres ou escravos”: Escravidão e trabalho livre nos canteiros da Estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863, na qual ele destaca as conexões entre a escravidão e as experiências de liberdade durante o século XIX e no período pós-abolição, especificamente no canteiro de obras da construção da *Bahia and San Francisco Railway*.

um dia de trabalho de graça. Hoje todas as terras não estão na família por que os herdeiros venderam.

Essa versão acaba se adequando à informação de que a agricultura de subsistência era incentivada na América pelos escravocratas para a redução dos custos nas *plantation*, sendo esse costume institucionalizado a ponto dos senhores de escravos concordar com o direito de propriedade dos trabalhadores cativos sobre a produção, estendendo este direito à terra cultivada por eles (MINTZ & PRICE, 2003).

Diferentes informações ou interpretações comprovam o trabalho árduo de reconstituição de memórias, na qual pode ficar lacunas. No entanto o que parece ser lacunas são atualizações dos ecos do passado pela presença, performance e a marca pessoal do narrador (COSTA, 2015). Nesse sentido, “a rememoração do passado [...] não é uma escolha, uma condição para o discurso, que não escapa da memória nem pode livrar-se das premissas impostas pela atualidade à enunciação [...] É uma ligação, provavelmente inevitável, do passado com a subjetividade que rememora no presente.” (SARLO, 2007, p.49). Assim, todo trabalho baseado em memórias, a fim de uma tentativa de reconstituição do passado, inclusive no que se refere às origens de algo, requer cautela, pois muito do que se supõe como historicamente ocorrido, há algo que ainda não passou de “poderia ter sido.” (AGAMBEN, 2008).

Diante do devir, no campo das possibilidades, surgem novas informações em torno da referida comunidade, dentre elas, o fato dessa população ter sido reconhecida enquanto remanescente de quilombos dever-se, dentre outros elementos, aos seus aspectos étnicos-raciais e culturais definidos por suas raízes africanas e aos vestígios de engenhos de cana de açúcar, que deveriam ser consideradas pontos turísticos históricos do município estudado, nas atuais fazendas América, Escola e laçu (na qual também existe uma lagoa conhecida pelas lendas de que negros “fujões” foram lançados em suas águas, segundo depoimentos de moradores daquela localidade). Sobre essas ruínas Jorge Galdino afirma:

Na Fazenda laçu, há uma triste lembrança. Nos fundos da sede (porão) encontra-se uma senzala que lembra o período do Brasil colônia ou imperial. Esse grupo de habitação para escravo é o único que ainda existe na região. Os pavimentos em condições precárias têm espaço reduzido pouco mais de um metro de altura. Era ali que os escravos passavam os momentos terríveis de tortura aplicada pelos “senhores de engenhos” (GALDINO, 2009, p. 28).

Importante lembrar que não só no laçu, mas em outras fazendas do município de Pedrão, também foram encontrados indícios da escravidão, inclusive nas terras do Buri, onde há vestígios de três senzalas e materiais daquela época como: correntes, ferros, tijolos que foram usados para

possíveis construções. No entanto essas novas informações não desqualificam a pesquisa do autor e sim a fortalece como indiciador de novos trabalhos.

O estudo dessas ruínas não é o objetivo principal desse trabalho, mas serve como marcas da presença negro-africana na região, incidindo na existência de influências africanas nas manifestações culturais, patrimônio imaterial, além da possibilidade de que a fazenda onde encontra as citadas ruínas — laçu — ter sido a fazenda-sede das comunidades ao redor, inclusive do Buri, contrariando as informações de que houve uma fazenda-sede na própria comunidade estudada.

Diferentes versões aparecem quando se refere a origem da comunidade do Buri, dependendo do olhar e interesse e proximidade do pesquisador ao seu objeto de estudo. Assim, a formação do Buri será fincada nas terras burienses sob a mitificação anacrônica do patriarca Manoel Bellon ou está nas terras da fazenda conhecida como laçu? Além disso, se levarmos em consideração o fato de que em outras regiões do município de Pedrão há indícios da existência de Casas Grandes e Senzalas, outras versões surgirão.

Assim, como já foi dito, é possível observar diferentes pensamentos na comunidade do Buri em relação a suas origens que são passados de geração a geração. No entanto, nada garante que as novas gerações serão fiéis às antigas, pois o passado e as experiências dos velhos podem não servir para orientar os jovens da nova geração, devido [...] às novas técnicas da modernidade, contribuindo para o não entendimento entre as experiências (LE GOFF, 1995), cujos interesses, desafios e perspectivas são completamente diferentes. No entanto não podemos esquecer que o tradicional e as novas tecnologias têm andado convenientemente de mãos dadas sem muitos conflitos (CANCLINI, 2000).

O NOME “BURI”

Ao iniciar este estudo sobre a comunidade do Buri do município de Pedrão/BA, descobri que o nome “Buri” é recorrente em comunidades caracteristicamente quilombolas. Atualmente na Bahia há pelo menos três comunidades de mesmo nome oficialmente reconhecidas: uma no município de Magorogipe; outra no município de Conde; e uma terceira em processo de reconhecimento no município de Alagoinhas. Poderia ainda acrescentar a esta lista a comunidade do Burizeiro (também reconhecida) no município de Araçás. Essa coincidência foi um incentivo para investigar a razão de a comunidade do Buri receber este nome.

O nome Buri, segundo relatos de Sonildes Souza da Silva⁷, tem origem de uma planta, que existia em grande quantidade na região e serviam de refúgio para os escravos em fuga. Posteriormente em conversa com o senhor Valmir Victor dos Santos⁸, este afirmou que a planta Buri é uma palmeira que em noites de luar suas folhas brilham e fazem certa zoadá que já assustou muitas pessoas. E pode ser que por isso foram usadas como esconderijos de escravos fugidos. Na mesma época, o senhor Pedro Belon enfatiza que esta planta ainda tem importância na região, sendo utilizada nos cultos católicos, principalmente na missa de Domingo de Ramos⁹.

Narrativas burienses deixam transparecer que o Buri foi formado por escravos fugidos, no entanto, levando em consideração que os indícios de Casa-Grande e senzalas são encontrados nas proximidades — cerca de 4 Km ou menos — do Buri aqui estudado, creio que esta comunidade não foi um território de foragidos e sim de remanescentes, o que destrói a armadilha ideológica que vê os quilombos apenas como um lugar de fuga. Como isso seria possível? A fuga já não faz parte do repertório das estratégias da atual luta quilombola. Fugir no contexto atual significa, literalmente, alienar-se (SILVA, 2011) e esse não é o interesse da comunidade do Buri.

Recentemente, em um novo encontro com as mesmas pessoas na comunidade do Buri, observei que elas já tinham novas denominações acerca da planta Buri: que a região recebeu este nome devido a quantidade de uma planta chamada Buriti. Os mais velhos relatam que ouviram de seus avôs que as terras receberam o nome de Buri devido a grande quantidade de palmeiras Buriti (SOUZA, 2015, p. 23). Numa rápida pesquisa na internet pode se encontrar tal informação. Poderia a internet está sendo utilizada pelo presente como estratégia para a reconstrução de um passado? Creio que sim, pois hoje não é possível perceber uma comunidade de forma isolada, desconectada das novas tecnologias.

É provável que o nome esteja ligado tão somente à vegetação mesmo, a exemplo de candeal, coqueiral e tantas outras tantas das comunidades Brasil a fora. Todavia é direito da comunidade ressignificar seu mito criador de acordo com suas necessidades atuais, ainda que muitos confundam isto, o “mito”, com “mentira”.

⁷ Uma das lideranças da comunidade do Buri, envolvida na luta pelo reconhecimento da comunidade enquanto comunidade quilombola. Entrevista concedida no dia 15-08-2010.

⁸ Valmir Victor dos Santos, 59 anos, babalorixá residente em outra comunidade, chamada Patrimônio do município de Pedrão (BA).

⁹ Domingo de Ramos é uma festa móvel cristã celebrada no domingo antes da Páscoa. A festa comemora a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, um evento da vida de Jesus mencionados na Bíblia.

REINVENÇÃO DO BURI

A identidade quilombola, ainda hoje se reveste de uma lira imaginativa que recria um espaço romantizado a serviço das necessidades presentes de quem as evoca. No limite entre o que se tem/é e, conseguir/ser, inventa-se a figura arquetípica do quilombola, o guerreiro negro que resistiu tenazmente à escravidão consciente de sua humanidade, de sua negritude e do seu direito à cidadania.

Esta comunidade estudada, por onde tenho transitado, tem um interesse sincero de saber “o que é o quilombola”, para melhor se preparar para receber o Outro — representantes do Estado, Proprietários de terras, o pesquisador —, no entanto, já captaram o princípio midiático da coisa e está muito adiantada no seu processo de “reinvenção”. Na verdade percebe-se um jogo de representação que alguns grupos fazem de si mesmos e uns dos outros (PEREIRA, 2002). E o modo que qualquer um de nós nos posicionamos diante das coisas, das pessoas e dos fatos variam de acordo com nossas necessidades imediatas.

São dessas necessidades imediatas que surge na comunidade do Buri o desejo de mostrar-se quilombola que já são, enfatizado pela existência de um processo de conscientização no que se refere ao significado dessa identidade, iniciativa de Angélica Maria Ferreira de Souza — uma das lideranças na comunidade —, com constantes reuniões, eventos, tentando incentivar os jovens acerca da importância dos aspectos culturais como o do samba de roda, capoeira, os quais em si mesmos são práticas pedagógicas, como afirma Rago.

[...] É isso que torna a cultura tão central no mundo contemporâneo; é nisso — e a partir disso — que estão falando aqueles que tratam os espaços e as práticas culturais como espaços e práticas que são também pedagógicas. Ao falarem em pedagogias culturais, eles estão salientando como e o quanto, fora dos espaços estritamente institucionalizados, se ensinam, se aprendem e se naturalizam determinadas verdades, visões de mundo e práticas sociais (RAGO, 2008, p. 18).

Possivelmente, a tentativa de conscientização elaborada por Angélica Belon, esteja sobrecarregada de uma auréola imaginativa acerca do que significou o quilombo do passado (local do negro fugido), legitimado por fragmentos de memória que gerações anteriores fizeram questão de apagar, podendo enfraquecer o discurso e as ações na cobrança da titulação oficial do seu território junto ao Estado. No entanto, essa é uma estratégia de sobrevivência num contexto da exclusão social, numa guerra desigual.

É importante focar aqui como se dá esse processo de reinvenção da comunidade do Buri: Durante as festividades que comemoravam o reconhecimento oficial da Comunidade Quilombola do

Buri (Pedrão-Ba)¹⁰ junto à Fundação Cultural Palmares algumas cenas me chamaram atenção, dentre elas a presença do folguedo bumba-meu-boi — e eram dois — no entanto esse folguedo se desenrolava completamente fora do contexto, na comunidade não é comum aquela prática e sim na sede do município, durante a tradicional festa do Padroeiro do município, no mês de janeiro de todos os anos. Ali o boi era tão somente o “boi”, sobretudo por ser aquela uma “brincadeira” nova na comunidade.¹¹

Na manifestação do bumba-meu-boi, o boi e “Maria Fateira”, uma personagem, normalmente representada por um homem e ambos são insultados pelas pessoas, principalmente crianças. Tanto o boi, quanto a “Maria Fateira” se defendem perseguindo os insultadores. Quase todas as noites da festa do padroeiro — são nove noites — o bumba-meu-boi sai depois da missa e no último dia depois do cortejo do boi ocorre a matança, onde é distribuído vinho para os participantes.

No caso da manifestação na comunidade do Buri, simbolicamente, aquele boi poderia estar representando o quilombola que muitas vezes se veem obrigado a se fantasiar para o Outro — governo, proprietários do governo — para mostrar-se apto a ser reconhecido enquanto quilombola.

Posterior ao bumba-meu-boi ou bumba boi, iniciou-se a apresentação do samba de roda. A festa estava no auge: os homens tocavam e cantavam; as mulheres batiam palmas e cantavam enquanto dançavam se alternando no centro da roda. Todos vibravam numa mesma frequência, numa mesma pulsação quando, de súbito, as lideranças pediram silêncio aos presentes e que todas as câmeras fossem desligadas. Automaticamente cessaram as palmas, cessaram os cantos, olhei para o lado e logo compreendi o que se sucedia: o patriarca fundador da comunidade, um ex-escravo morto há quase um século, havia acabado de incorporar em uma jovem médium¹² a fim de participar

¹⁰ A comemoração aconteceu no dia 16/11/2013, mas o reconhecimento se deu no 24/01/2013 num documento conjunto com a comunidade da Gameleira (código do IBGE 2924108) —

¹¹ Talvez o “boi” seja a manifestação cultural mais difundida (e estudada) no Brasil, onde, dependendo de um conjunto de fatores, varia na forma, ganhando período de apresentações, performances, significados e nomes variados: *Bumba-meu-boi* ou *bumba-boi* no Maranhão, *boi-bumbá* no Amazonas e Pará, *boi-duro* em algumas regiões da Bahia, *boi pintadinho* no Rio de Janeiro, *boi-de-mamão* em Santa Catarina, *boi calemba* no Rio Grande do Norte e cavalo marinho na Paraíba. Na variante mais famosa, os brincantes encenam o *auto do boi* onde contam a história de um boi especial muito estimado por seu dono, um fazendeiro que possuía muitos empregados e escravos dentre eles o *Pai Francisco* (ou *Nego Chico*) que para satisfazer um “desejo” de *Catarina*, sua esposa gestante, acaba matando o boi. Descoberto o crime o Nego Chico foge e logo é perseguido pelos capangas do fazendeiro com o auxílio dos indígenas. Capturado, Chico é castigado severamente, todavia é redimido do seu delito quando, no final da dramatização, com a ajuda de pajés, restitui a vida ao boi.

¹² Adriana dos Santos, uma jovem tímida, de vinte e poucos anos, ainda extenuada pela incorporação, me disse que havia resistido muito a desempenhar essa função. Infelizmente a entrevista foi interrompida a pedido dela que sente a volta de seu Bellon.

daquela celebração. Considero aquele o momento foi o ponto alto do festejo e que, até onde se sabe, não constava na vasta programação.

O velho Manoel Bellon¹³, que acabara de chegar chamando um a um, saudando e aconselhando seus descendentes como quem estivesse semeando harmonia na comunidade. Crianças, adultos, idosos, todos ouviam a tudo com uma postura de profundo respeito. Eis um símbolo de natureza nitidamente coletiva: o mito fundador da comunidade retroalimentando-se. Creio que neste caso, enquanto representação simbólica cultural, a entidade já não representa o indivíduo, e sim apropria coletividade, a afirmação da comunidade unificada.

Além desses outro fato também mereça destaque que foi a representação da liberdade a partir de um personagem — um negro robusto — que durante a comemoração ficou acorrentado sendo ao final das falas das lideranças e autoridades presentes, foi retiradas as correntes, simbolizando o negro, o quilombola livre!

A incorporação de seu Manoel Bellon se deu independente do olhar cético de uns e intolerantes de outros. Da mesma forma a brincadeira do boi se deu indiferente do olhar crítico de que supostamente pudesse ver nele um folgado transplantado. Em tempos de assunção da identidade quilombola mais uma entidade para nos aconselhar do que uma deidade para nos castigar. Mais vale um boi para nos carregar (pela fantasia) do que a realidade para nos assombrar. O real e a fantasia, por sua relatividade, são noções complementares e ambivalentes que dependem muito da ação instintiva manifesta na criação dos arquétipos: o quilombola forte, unido, respeitador das tradições e consciente do seu papel frente à comunidade.

Paralelo à conscientização através dos aspectos culturais, a implementação da Lei 10.639/03, em longo prazo, às outras ações afirmativas podem proporcionar ao sujeito buriense um aprendizado que facilite o seu reconhecimento cultural, além de inserir a escola na luta em favor da autoidentificação consciente desse sujeito, enquanto afro-descendente quilombola, a partir da valorização da história do Buri e suas tradições.

A escola, que tem sido um dos instrumentos de dominação, reprodutora da ideologia dominante conservadora e que tem contribuído no subjulgamento da cultura afro-brasileira, paradoxalmente, provavelmente ela será utilizada como espaço de desconstrução de conceitos eurocêntricos, rupturas com padrões hegemônicos de conhecimentos voltados para a reprodução de ideias já aceitas e consagradas (GINZBURG, 2010), transformando-se no local no qual poderão ser

¹³ De acordo informações das lideranças locais o sobrenome *Bellon* tem origem germânica e vem do antigo senhor do velho patriarca. Ao que parece seus descendentes fazem questão de mantê-lo tendo realizado, inclusive, um levanto heráldico dos brasões da família que ficou exposto durante os festejos.

discutidas questões contemporâneas inseridas na realidade da comunidade, promovendo assim, a inclusão e relações sociais diversificadas. Pelo menos é o que se pretende as lideranças do Buri, o que tenho observado no decorrer da pesquisa.

O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO QUILOMBOLA

Nesse processo de conscientização da comunidade acerca da identidade quilombola, percebi a presença constante de mulheres nas lideranças, seja no setor religioso, na política na organização de eventos, surgindo a necessidade de mostrar neste trabalho o empoderamento dessas mulheres.

Embora tenha ciência da existência de outra comunidade quilombola liderada por mulheres (Oiteiro, Alagoinhas-BA), esses matriarcados não são uma constância. Abre-se assim um leque de estudos que vai do “protagonismo negro” ao, se assim podemos chamar, “protagonismo negro feminino”. Os caminhos desse estudo podem ser tortuosos, mas vale a pena ser trilhado. Nesse sentido, os estudos culturais podem (e devem) servir de guia nos labirintos, atalhos e descaminhos desta empreitada.

Em sua obra *Da diáspora: identidades e Mediações Culturais*, (HALL, 2003), faz um questionamento acerca de qual momento propício para se colocar a questão da cultura popular negra. Em seguida, mostra-se crente em três eixos desse momento: o primeiro refere-se ao deslocamento dos modelos europeus da alta cultura, da Europa enquanto sujeito universal: o surgimento dos EUA enquanto potência mundial e centro de produção e circulação global das culturas e um terceiro que percebo como consequência dos dois primeiros, o processo de descolonização do Terceiro Mundo e as lutas negras pela descolonização das mentes dos povos da diáspora negra. É nesse terceiro ponto que possivelmente esse tópico insinuado neste artigo pode estar inserido: o papel das mulheres negras na luta pelo reconhecimento e desenvolvimento de uma comunidade quilombola na contemporaneidade.

Quando os olhares se voltam para o feminismo, por exemplo, as lacunas aparecem e percebemos o quanto as mulheres e suas lutas foram apagadas pela grande narrativa escrita à mão masculina patriarcal, (PEDREIRA, 2010, 143) ao longo da história. E com intuito de amenizar a força do patriarcalismo na escrita sobre mulheres que surge a possibilidade de fazer uma reflexão acerca da participação feminina na luta pelo reconhecimento e desenvolvimento do Buri enquanto remanescente quilombola, estudo que será aprofundado no trabalho final, resultado dessa pesquisa.

No entanto, impossível trabalhar o papel de mulheres numa comunidade quilombola e não levantar outros aspectos culturais, políticos e religiosos que marcam o cotidiano, a vida dessas mulheres.

ASPECTOS RELIGIOSOS DO BURI:

Do ponto de vista religioso, a comunidade do Buri pouco se difere das demais comunidades rurais. Nelas, todas as matrizes da religiosidade popular historicamente encontram guarida, pois as crenças não são os únicos elementos definidores do caráter comunitário. O entrecruzamento das religiões no Buri é evidente e enriquecedora. No entanto, a presença dos cristãos-evangélicos tem sido uma ameaça ao futuro das comunidades quilombolas. E, se uma destruição implica na desagregação comunitária, nada mais justo que nestes tempos de lutas pela manutenção de posse dos territórios, elas ganhem centralidade.

O enfrentamento com o inimigo externo (forças conservadoras) é difícil, no entanto não há uma comparação justa no que diz respeito aos estragos internos causados pelos religiosos intolerantes que através de seus preconceitos, tentam impedir o reconhecimento consciente da identidade quilombola. Por outro lado, talvez prováveis conflitos possam trazer convenientes transformações na comunidade, pois o posicionamento do indivíduo de afastamento ou de interação com o outro é que vai definir o desenrolar cultural (PEREIRA, 2002).

Na comunidade do Buri, os evangélicos não se sentem inseridos na luta pelo reconhecimento da comunidade enquanto quilombola, inclusive até o momento não consegui colaboração destes na realização desta pesquisa. Na comunidade também foram observados alguns conflitos são associados à religião católica, pois em um dos eventos da Comunidade, durante uma missa, o padre condenou o evento por ter ocorrido no entorno da Capela de Nossa Senhora D'Ajuda, por ter ocorrido no mesmo evento uma manifestação ligada à religião do candomblé. Algumas pessoas se referem a este ocorrido como uma demonstração preconceituosa, outras já se referem ao posicionamento do pároco como uma ação de cuidado e respeito à prática do candomblé e às pessoas envolvidas no evento.

O fato é que, apesar dos prováveis conflitos religiosos na comunidade, é percebida uma intrínseca ligação entre a religião católica e o candomblé e isso acontece, possivelmente, devido ao grau de parentesco que há na comunidade e a maioria das pessoas que hoje se denominam católicos ou evangélicos, já receberam orientação da líder da religião do candomblé na região, Dona Zulmira

Belon¹⁴. Esse cuidado ou orientações dedicados à família e aos seguidores da religião é uma característica forte de candomblecistas, sendo comum entre eles, a preocupação de zelar pela saúde espiritual dos membros dessa comunidade (COSTA, 2015).

CONCLUSÃO

Iniciei esse texto fazendo uma apresentação da comunidade do Buri, bem como suas possíveis origens, além de levantar alguns aspectos da comunidade considerados relevantes no processo de afirmação da identidade quilombola como um processo de reinvenção, a insurgência de lideranças femininas, além de alguns conflitos em torno de práticas reconhecidamente negras. No entanto não foi possível o aprofundamento dessas temáticas, reservado para um estudo próximo.

Reconhecer uma comunidade rural e quilombola enquanto uma comunidade homogênea é no mínimo ingenuidade, uma impossibilidade, levando em consideração que desde seus primeiros agrupamentos, o quilombo era rico em diversidade étnico-cultural. E a realidade do Buri não é diferente, o que não deve passar despercebido. Necessário analisar as inter-relações culturais híbridas que podem demarcar novos direcionamentos à formação de identidades (CANCLINI, 2005). A invenção do novo quilombola está pautada no que há de mais antigo e concreto: o poder da imaginação, que influenciado pelos meios modernos contribui para uma nova significação social.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte. UFMG, 2005.

COSTA, Edil Silva. *Ensaio de malandragem e preguiça*. Curitiba: Appris, 2015

COSTA, Edil Silva. *Sete estudos de literatura oral e cultura popular*. Salvador: EDUNEB, 2016.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. Cotia: Atelier Editorial, 2003.

GINZBURG, Jaime. *Sociologia e Crítica Literária*. v. 12; n. 2. Rio de Janeiro: Alea Estudos Neolatinos, 2010.

HALL, Stuart. Identidade cultural e seu legado teórico. In: *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais* (Org.). Liv Sovik; Trad. Adelaine La Garcia Resende ; et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

MOTA, Iracy Maia. *Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Brasil e Cuba- Notas iniciais*. Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, 2011.

¹⁴ Informações concedidas por Renilda Belon no dia 31-10-2015.

PEREIRA, Edmilson de Almeida, GOMES, Núbia Pereira Magalhães. Janelas em movimentos: cultura popular e processos de transformação. In: *Flor do não esquecimento: cultura popular e processo de transformação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

REIS, João José. *Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1996, p.7-33.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura de memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, Cia das Letras, 2007.

SILVA, G. B. *Comunidades Quilombolas: O reconhecimento e a identificação frente ao processo de globalização e massificação cultural*. 2015, 143f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural), Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011.

SOUZA, A.M.F. *Educar para Identificar-se: O papel da educação quilombola no processo de reconhecimento da população da Comunidade do Buri*, 2015, 105f. Monografia (Curso de Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2015.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima. ARAS, Lina Brandão de (Org.). *Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2004.

SOUZA, Robério Santos. *Se eles são livres ou escravos: escravidão e trabalho livre nos canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1958-1863*, Campinas, S.P [s.n]. 2013. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

